

O QUE O PORTAL SIAFI INDICA SOBRE A DESPESA DO GOVERNO CENTRAL EM 2004

A transparência na Execução Orçamentária é um dos principais objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. O Tesouro Nacional tem, à luz da Lei, desenvolvido vários mecanismos para permitir a disseminação da informação fiscal. O PORTAL SIAFI é um deles, permitindo que qualquer pessoa tenha acesso aos detalhes da execução fiscal por ministério através de uma consulta estruturada pela Internet. Este instrumento é descrito abaixo e serve de ponto de partida para uma breve análise da execução orçamentária e financeira em 2004. Esta análise aponta para o aumento da despesa com investimento, assim como da manutenção do papel preponderante dos gastos sociais. De fato, mais de 2/3 do crescimento das Outras Despesas com Custeio e Investimento em 2004 foram devidos ao aumento da despesa com a Saúde e com a Bolsa Família, com repercussões na Educação. O aumento de recursos para os Ministérios dos Transportes, Defesa e Desenvolvimento Agrário responde pela maior parte do resto do aumento da despesa comumente chamada de discricionária. O gasto com pessoal e encargos apresentou crescimento nominal moderado, enquanto o principal fator para o crescimento da despesa da Previdência Social como proporção do PIB foi a manutenção do poder de compra do salário e benefícios em um segundo ano de inflação declinante, junto ao crescimento secular do número de beneficiários.

O QUE É O PORTAL SIAFI E O QUE ELE INFORMA

Com o objetivo de fomentar a transparência na gestão pública, o Tesouro Nacional lançou, em 26 de junho de 2003, o PORTAL SIAFI. O PORTAL SIAFI é uma infra-estrutura de serviços e informações à disposição da sociedade, que por meio de uma página da internet, divulga informações relacionadas às finanças públicas. Estas informações são provenientes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, e o seu acesso pode ser feito por meio do sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi).

De particular interesse para a análise da execução orçamentária, há as seguintes informações¹:

- Despesas com pessoal dos três Poderes;
- Execução Orçamentária e Financeira geral, expressando a dotação orçamentária e a real execução. Os quadros disponibilizados apresentam a execução da despesa autorizada de Pessoal e Encargos Sociais e de Outras Despesas de Custeio e Capital, abertas por órgão e por função. Nas despesas de custeio e capital, excluem-se as transferências constitucionais, os benefícios previdenciários e as operações oficiais de crédito.
- Execução do Decreto de Programação Financeira. Estes quadros apresentam a execução da despesa autorizada conforme os Decretos Anuais de Programação Orçamentária e Financeira, que disciplinam as despesas não abrangidas pela amortização da dívida, pessoal, financiamentos e empréstimos e despesas consideradas de caráter obrigatório. A

¹ O PORTAL SIAFI também provê o acesso via internet aos sistemas que congregam o complexo SIAFI, servindo entre outros aos ordenadores de despesa. Ele disponibiliza ainda outras informações, inclusive sobre a adimplência de municípios, que não são discutidas aqui.

programação financeira se concretiza em três anexos, de acordo com as distintas fontes de receitas associadas às despesas programadas:

- Anexo I - Fontes do Tesouro
 - Anexo II - Fontes Próprias
 - Anexo III – Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
- Execução de Restos a Pagar (compreende os pagamentos das despesas, no exercício, de custeio e investimento inscritos em Restos a Pagar de acordo com o Decreto de Programação Financeira).

Os dados disponíveis para consulta cobrem os exercícios de 2003 e 2004 - mês a mês, abertos por órgão superior e/ou unidade orçamentária, exceto no caso dos restos a pagar, que também incluem 2002.

Os quadros da execução do decreto de programação orçamentária e financeira permitem uma análise detalhada das Outras Despesas de Custeio e Investimento (tipicamente chamadas de OCC)². Estas despesas são comumente consideradas como *despesas discricionárias*, ainda que associação, que historicamente é correta, cada vez mais deixe de refletir a realidade das diretrizes de gasto adotadas pelo Congresso Nacional. De fato, dentre as Outras Despesas de Custeio e Investimento avultam as despesas com a Saúde e com a Bolsa Família. A despesa com a Saúde está sujeita a um piso constitucional, enquanto a Bolsa Família constitui-se em um programa de transferência de renda que tem um caráter continuado. Como se verificará abaixo, a maior parte do crescimento das OCC em 2004 correspondeu a um crescimento das despesas com o Ministério da Saúde e com o Ministério do Desenvolvimento Social, responsável, este último, pela implementação da Bolsa Família.

A consulta sistemática ao PORTAL SIAFI permite, portanto, um entendimento bastante detalhado da dinâmica da despesa por órgão, complementando a informação sintética proporcionada pelo Boletim do Resultado Mensal do Tesouro Nacional, mais voltada para a análise desse resultado. O PORTAL SIAFI possibilita, assim, um aprofundamento da análise das questões fiscais e, em especial, das prioridades de gasto da União.

Em 2005, a Secretaria do Tesouro Nacional deverá ampliar o leque de informações disponíveis, distinguindo, em particular, as despesas correntes daquelas de investimento.

A seguir são dados dois exemplos de consulta, que ilustram as informações disponíveis no PORTAL SIAFI.

² Historicamente elas eram conhecidas como Outras Despesas Correntes e de Capital.

Exemplo 1: Consulta do quadro Dotação x Despesas (Custeio e Investimento - Decreto de Programação Financeira e Orçamentária nº 4.992, de 18/02/2004, e suas alterações – Anexo I – Fontes do Tesouro) de janeiro a dezembro de 2004 indica que da dotação autorizada de R\$ 29,4 bilhões do Ministério da Saúde, R\$ 28,0 bilhões já foram empenhados em 2004, tendo sido pagos R\$ 25,0 bilhões de despesas do exercício e R\$ 1,8 bilhão do exercício anterior. Também se observa que entre restos a pagar (RAP) e despesas do exercício foram pagos R\$ 2,7 bilhões pelo Ministério dos Transportes.

https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/cofin/dotacao_vs_desp_decreto_param.asp

INFORMAÇÕES DO SIAFI



Dotação X Despesa (Decreto de Programação Orçamentária e Financeira)

Base de Dados atualizada até o mês de DEZEMBRO/2004.

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIMITE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO AUTORIZADO ATÉ DEZ	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA DO EXERCÍCIO	DESPESA PAGA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	690.700	561.739	557.090	557.087	468.700	34.192
GAB. DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	2.850	2.603	2.525	2.525	2.506	1
ADVOGACIA-GERAL DA UNIÃO	101.727	79.075	76.876	76.876	58.738	7.794
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	819.322	618.732	617.037	614.557	451.292	107.922
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.931.218	1.931.218	1.840.334	1.840.332	1.475.122	356.263
MINISTÉRIO DA FAZENDA	1.728.332	1.455.361	1.446.311	1.446.311	1.386.054	44.985
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	5.635.283	5.097.967	5.081.502	5.081.502	4.042.515	891.746
MINISTÉRIO DO DESENV., IND. E COMÉRCIO EXTERIOR	497.522	293.596	279.773	279.773	178.105	13.593
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	1.258.482	1.100.429	1.084.368	1.084.368	783.165	315.691
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	604.966	351.319	346.981	346.981	308.101	35.366
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.376.345	1.053.561	1.049.843	1.049.843	807.497	199.543
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	1.254.414	926.299	878.310	878.310	782.890	25.206
MINISTÉRIO DA SAÚDE	29.435.995	28.019.042	28.031.051	28.031.051	24.968.561	1.847.010
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	584.676	410.380	380.787	380.787	319.458	11.751
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	4.064.320	2.616.020	2.422.189	2.422.189	1.200.661	1.329.802
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	549.288	400.000	391.935	391.935	284.570	43.730
MINISTÉRIO DA CULTURA	368.461	252.190	250.860	250.860	153.848	45.314
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	452.073	315.441	314.505	314.505	215.099	67.870
MINISTÉRIO DO PLANEJ., ORÇAMENTO E GESTÃO	528.719	322.293	319.072	319.072	245.592	27.389
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	1.517.701	1.299.207	1.292.954	1.292.954	1.048.869	95.159
MINISTÉRIO DO ESPORTE	347.091	237.444	236.925	236.925	110.633	116.260
MINISTÉRIO DA DEFESA	3.716.076	3.492.109	3.612.624	3.612.624	2.602.956	641.846
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	1.409.495	878.032	848.182	848.182	433.993	329.010
MINISTÉRIO DO TURISMO	477.068	360.295	357.952	357.952	210.240	54.492
MINISTÉRIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE À FOME	1.350.958	1.260.183	1.249.622	1.249.622	1.051.809	102.943
MINISTÉRIO DAS CIDADES	1.608.887	1.088.462	1.079.866	1.079.866	398.203	286.075
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	925	925	925	925	30	-
REC. SOB SUPERVISÃO MIN. FAZENDA	152.397	135.917	135.917	135.917	117.536	-
OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	102.453	37.596	37.596	37.596	25.979	-
TOTAL	62.567.744	54.597.435	54.223.912	54.221.427	44.132.722	7.030.953

Obs.: Os limites para movimentação e empenho do anexo I correspondem aos limites de pagamento do anexo IV do Decreto nº 4.992, de 18/02/2004, e suas alterações.

Exemplo 2. Consulta da Execução de Restos a Pagar Pagos (Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras) indica que em 2004 foram pagos R\$ 7,1 bilhões em restos a pagar herdados dos anos anteriores.

https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/cofin/exec_rest_pg_param.asp

INFORMAÇÕES DO SIAFI

Execução dos Restos a Pagar

SIAFI
Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Base de Dados atualizada até o mês de DEZEMBRO/2004.

Dotação X Despesa

Custeio e Investimento - Decreto de Programação Orçamentária e Financeira

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PAGOS EM 2004 (1)

Tipo de Valor: Saldo Atual

Mês de Referência: DEZEMBRO

Exercício: 2004
Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Grupos de Despesa: Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras

Órgão	Restos a Pagar Inscritos	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	39.766.471,86	3.986.419,35	35.574.341,12	205.711,39
GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA	-	-	-	-
ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	7.396.281,44	264.344,55	7.127.831,60	4.105,29
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	122.209.738,70	9.998.177,69	96.560.912,50	15.703.981,55
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	363.116.885,26	29.295.922,99	313.319.543,33	20.501.418,94
MINISTERIO DA FAZENDA	77.990.974,13	30.683.564,20	47.279.193,84	28.216,09
MINISTERIO DA EDUCACAO	1.077.910.369,12	75.369.407,61	929.653.366,90	72.887.594,61
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, IND.E COMERCIO	33.044.489,33	5.122.105,68	22.703.234,53	5.219.149,12
MINISTERIO DA JUSTICA	331.048.246,65	11.627.630,82	311.606.663,17	7.813.952,66
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	66.368.065,16	25.248.491,10	40.467.734,91	651.839,15
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	208.244.913,62	15.204.792,43	192.206.477,30	833.643,89
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	27.331.504,31	8.148.461,98	19.049.565,77	133.476,56
MINISTERIO DA SAUDE	2.361.668.970,53	61.623.611,01	1.726.938.360,17	573.106.999,35
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	12.377.384,73	3.570.120,66	8.483.015,46	324.248,61
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	1.542.933.239,79	6.733.631,35	1.299.946.184,90	236.253.423,54
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	45.481.787,00	11.063.466,17	34.393.911,50	24.409,33
MINISTERIO DA CULTURA	47.554.640,73	3.890.049,17	43.174.441,25	490.150,31
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	68.404.295,88	13.906.440,46	54.240.602,86	257.252,56
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	28.998.760,87	3.080.164,95	25.918.595,92	-
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	263.471.804,90	82.662.483,57	161.820.736,74	18.988.584,59
MINISTERIO DO ESPORTE	148.486.324,54	2.987.313,47	125.016.019,65	20.482.991,42
MINISTERIO DA DEFESA	873.715.912,02	14.419.153,29	805.027.063,53	54.269.695,20
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	396.226.970,30	40.304.393,45	271.612.726,74	84.326.368,11
MINISTERIO DO TURISMO	58.792.199,48	3.581.861,55	49.937.708,61	5.272.629,32
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	414.166.190,86	44.506.427,61	227.036.206,62	142.623.556,63
MINISTERIO DAS CIDADES	477.540.724,21	3.466.857,71	317.774.342,39	156.299.524,11
Total	9.094.247.145,42	510.745.292,82	7.166.868.781,31	1.416.702.922,33

Observações:
(1) Abrange as despesas sujeitas aos limites de pagamento estabelecidos pelo Decreto de Programação Financeira.
(2) Inclui recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, inclusive GDF.

ANÁLISE DAS DESPESAS DA UNIÃO EM 2004

Outras Despesas com Custeio e Investimento

A partir da informação no PORTAL SIAFI e fontes adicionais, é possível fazer as seguintes considerações sobre as Outras Despesas com Custeio e Investimento, a despesa dita *discricionária*:

- Em 2004, as outras despesas com custeio e investimento, que incluem a Saúde e a Bolsa Família, aumentaram cerca de R\$ 13,8 bilhões em relação ao mesmo período de 2003.
- Além da Saúde e Bolsa Família, destacam-se, entre os Ministérios que tiveram aumento no custeio e investimento, os ministérios dos Transportes (R\$ 1,1 bilhão), da Defesa (R\$ 955,2 milhões), e do Desenvolvimento Agrário. Neste, a despesa cresceu 93,3% em relação ao ano anterior, atingido R\$ 1,5 bilhão em 2004.

- Parte do aumento das despesas do Ministério da Defesa se associa à expansão das atividades das Forças Armadas no Haiti e ao aumento do contingente de servidores militares.
- As despesas do Ministério da Ciência e Tecnologia aumentaram R\$ 410,6 milhões (26,4%), enquanto as do Ministério das Cidades cresceram em R\$ 321,5 milhões (58,5%), as do Turismo aumentaram em 163,5% (para R\$ 166,2 milhões); Integração Nacional, 61,0%; Cultura, 53,9%, e Esportes, 39,9%.

PAGAMENTO EFETIVO DOS ÓRGÃOS Custeio e Investimento – Anexos I,II,III

(Brasil, 2003/2004)

ÓRGÃO	Pagamento Efetivo		Diferença	Diferença Percentual
	2003	2004		
MINISTÉRIO DA SAÚDE	23.240	28.151	4.911	21,1%
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	950	5.734	4.783	503,4%
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	1.449	2.599	1.150	79,4%
MINISTÉRIO DA DEFESA	3.698	4.653	955	25,8%
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	798	1.542	744	93,3%
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.556	1.967	411	26,4%
MINISTÉRIO DA FAZENDA	1.369	1.775	406	29,6%
MINISTÉRIO DAS CIDADES	549	871	322	58,5%
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	513	826	313	61,0%
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	1.000	1.225	225	22,5%
MINISTÉRIO DO TURISMO	102	268	166	163,5%
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	706	867	161	22,8%
M. DA AGRIC., DO ABASTECIMENTO	568	710	142	24,9%
MINISTÉRIO DO DESENV., INDÚSTRIA E COM.	313	398	85	27,1%
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	315	389	74	23,4%
MINISTÉRIO DA CULTURA	134	206	72	53,9%
MINISTÉRIO DOS ESPORTES	174	243	69	39,9%
RECURSOS SOB SUPERVISÃO MF	0	36	36	
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	321	340	19	5,8%
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	53	67	15	27,9%
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	2	3	1	36,3%
MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO E GESTÃO	316	315	(1)	-0,3%
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	373	371	(2)	-0,6%
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	550	516	(34)	-6,1%
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.263	1.163	(100)	-7,9%
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	6.637	6.216	(420)	-6,3%
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	1.346	577	(769)	-57,1%
TOTAL DECRETO (EXECUTIVO)	48.294	62.025	13.732	28,4%
TOTAL DECRETO + LEJU (2)	51.154	67.407	16.253	31,8%

(1) "Pagamento efetivo" corresponde ao valor do saque efetuado na conta única; difere do conceito de "despesas pagas" porque esse último corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos.

(2) Em 2004, incluem nas despesas do Poder Judiciário o valor de R\$ 3,8 bilhões de sentenças e precatórios (inclusive de benefícios previdenciários), contra R\$ 2,2 bilhões em 2003.

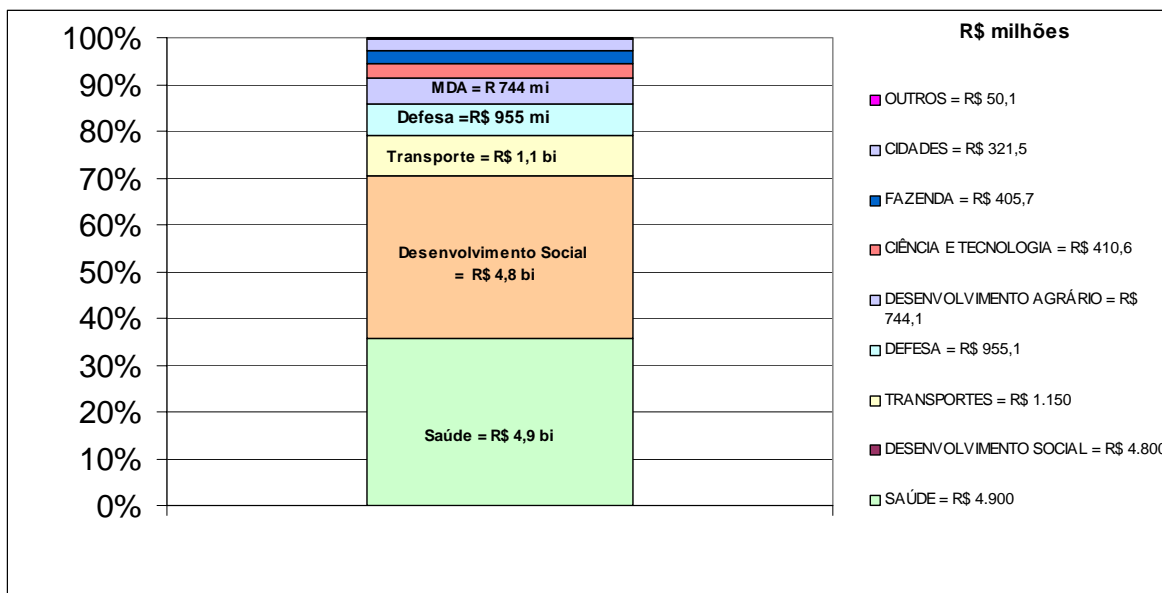
Fonte: Siafi Gerencial

- Praticamente 2/3 do aumento da despesa discricionária em 2004 ocorreu no item custeio, concentrados no Ministério do Desenvolvimento Social e no Ministério da Saúde. No caso da Saúde, adicionalmente ao aumento global, R\$ 300 milhões foram devidos à retirada das despesas do programa Bolsa Família do Orçamento da Saúde. Parte do aumento das

despesas do Ministério do Desenvolvimento Social também se deveu à transferência para este órgão das despesas do Vale Gás, e a absorção das despesas do Fome Zero.

CONTRIBUIÇÃO PARA O CRESCIMENTO DAS DESPESAS EM CUSTEIO E INVESTIMENTO

(Poder Executivo - Brasil, 2004)



Fonte: Siafi Gerencial

- Conquanto o orçamento total do Ministério da Educação não tenha apresentado grande variação nominal entre 2003 e 2004, houve um significativo aumento do espaço fiscal desta pasta (+33%). A transferência para o Ministério do Desenvolvimento Social de R\$ 1,5 bilhão de despesas associadas ao programa Bolsa Família, que haviam sido executadas em 2003 no âmbito do Ministério da Educação, criou um espaço de R\$ 1,5 bilhão na Educação, aplicado em um número de ações deste ministério. Apesar da modificação da estrutura dos programas ao longo de 2003 (que deverá ser em parte revertida em 2005), é possível identificar o uso dado a estes recursos adicionais (que serão ampliados em 2005).
- Parte deste espaço (23,3%) foi usado para aumentar o pagamento de restos a pagar, concentrados principalmente nos programas Brasil Escolarizado (R\$ 273,8 milhões) e Universidade Século XXI (R\$ 151,1 milhões), sendo R\$ 305,7 milhões destes associados à distribuição de livros didáticos para ensino fundamental e distribuição de acervos bibliográficos e de multimídia.
- O Programa Brasil Escolarizado teve ainda R\$ 570,2 milhões adicionais para novos programas, incluindo transporte escolar³.

³ O Programa tem como objetivo oferecer transporte aos alunos do ensino fundamental, residentes em área rural, por meio de assistência financeira aos Estados, ao DF e aos Municípios, conforme estabelecido pela Lei nº 10.880/2004.

DESPESAS DE CUSTEIO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Brasil, 2003-2004 (R\$ milhões)

Programa	2003			2004			DIFERENÇA
	Valores Pagos	RAP Pagos	TOTAL	Valores Pagos	RAP Pagos	TOTAL	
BRASIL ESCOLARIZADO	2.009,0	46,9	2.056,0	2.576,9	273,8	2.850,7	794,7
UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI	827,3	124,6	951,8	1.183,1	151,1	1.334,2	382,3
BRASIL ALFABETIZADO	-	-	-	160,5	-	160,5	160,5
ESCOLA MODERNA	12,3	0,5	12,8	29,0	110,3	139,2	126,5
APOIO ADMINISTRATIVO	277,3	3,9	281,1	361,4	0,5	361,9	80,8
VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROF. E TRABA. DA EDUCAÇÃO	1,0	0,8	1,8	60,5	-	60,5	58,7
GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	25,5	3,2	28,7	44,7	8,9	53,6	25,0
DEMAIS	844,4	167,6	1.012,0	669,4	144,2	813,6	(198,4)
TODA CRIANÇA ESCOLA / BOLSA ESCOLA	1.697,5	3,6	1.701,1	-	-	-	(1.701,1)
TOTAL	5.765,3	357,9	6.123,3	5.179,2	696,2	5.875,4	(247,8)
INCREMENTO APÓS AJUSTE BOLSA ESCOLA			4.422,2			5.875,4	1.453,2

Fonte: Siafi Gerencial

- No Programa Universidade Século XXI, verificou-se incremento de R\$ 355,8 milhões em novas ações, além do aumento em ações já existentes, cobrindo desde a assistência hospitalar e ambulatorial até bolsas de pós-graduação. Somando-se o crescimento do Brasil Escolarizado, Universidade Século XXI e Brasil Alfabetizado, explicam-se mais de 80% do uso do espaço fiscal, em ações no Ministério da Educação, criado pelo deslocamento da Bolsa Família para o Ministério de Desenvolvimento Social.

PRINCIPAIS AÇÕES DE CUSTEIO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Brasil, 2003 - 2004 (R\$ Milhões)

Programa	Principais Ações	Categoria	2003	2004	Incremento 2004/2003	Varição Percentual
BRASIL ESCOLARIZADO	APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL	Ação nova de 2004	-	241,0	241,0	
	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	Ação nova de 2004	-	176,1	176,1	
	CONCESSÃO DE BOLSA AO ALFABETIZADOR	Ação nova de 2004	-	153,1	153,1	
	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	Programa continuado	158,7	286,3	127,6	80,4%
	APOIO À AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE VAGAS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Programa continuado	298,3	377,2	78,9	26,4%
	APOIO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA	Programa continuado	954,2	1.014,3	60,1	6,3%
	DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	Programa continuado	403,8	463,3	59,5	14,7%
ESCOLA MODERNA	DISTRIBUIÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS E DE MULTIMÍDIA	Programa continuado	0,3	111,9	111,7	
UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	Programa continuado	654,3	739,0	84,6	12,9%
	COMPLEMENTAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DAS ENTIDADES DE ENSINO	Programa continuado	86,6	138,2	51,5	59,5%
	COMPLEMENTAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DOS HOSPITAIS DE ENSINO	Ação nova de 2004	-	46,7	46,7	
	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL À POPULAÇÃO	Programa continuado	38,7	83,1	44,4	114,8%
	FOMENTO À PÓS-GRADUAÇÃO	Programa continuado	13,2	52,5	39,2	296,6%
	ACESSO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	Programa continuado	24,4	50,8	26,4	108,2%
DEMOCRATIZANDO O ACESSO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TECNOLÓGICA	CONCESSÃO DE BOLSAS PARA A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	Ação nova de 2004	-	81,1	81,1	
APOIO ADMINISTRATIVO	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	Programa continuado	167,4	240,1	72,7	43,5%

Fonte: Siafi Gerencial

Comportamento dos Investimentos

- Os investimentos saltaram de R\$ 5,1 bilhões, em 2003, para R\$ 9,1 bilhões em 2004, representando um crescimento de 77,9%;
- O aumento no Ministério dos Transportes foi de R\$ 1,2 bilhão (135,2%), principalmente devido ao Programa de Manutenção de Recuperação da Malha Rodoviária Federal;
- O aumento do investimento no Ministério do Desenvolvimento Agrário (aquisição de terras) correspondeu a 108,1%, alcançando R\$ 510,7 milhões e sendo acompanhado pelo fortalecimento das ações de custeio em apoio aos assentamentos existentes;
- O Ministério das Cidades aumentou seu investimento em R\$ 323,6 milhões em relação ao ano anterior, representando crescimento de 86,2%.

- O Ministério da Integração Nacional apresentou incremento de R\$ 300,4 milhões (100,3%) nos investimentos, destacando-se o Programa de Agricultura Irrigada.

DESPESAS PAGAS COM INVESTIMENTO

(Brasil, 2003 e 2004, R\$ milhões)

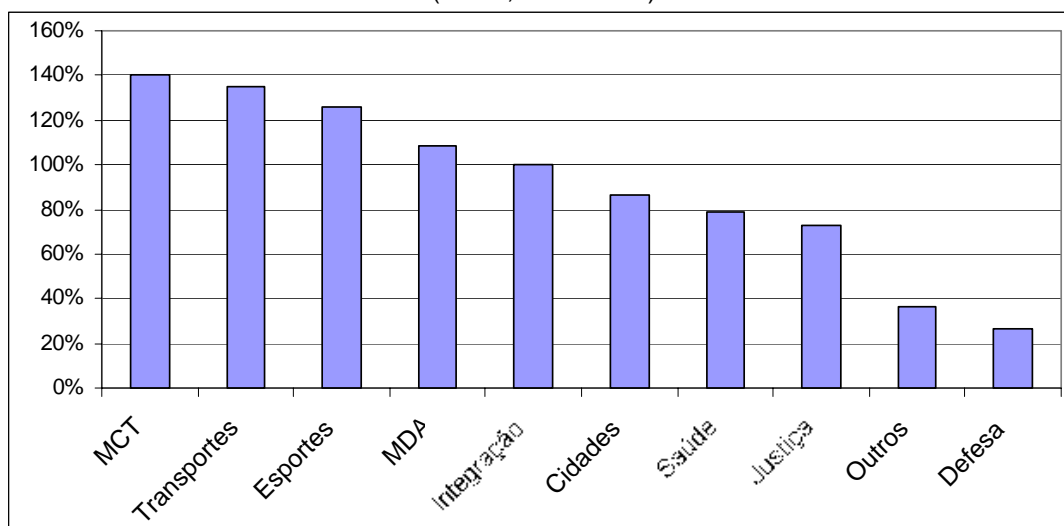
MINISTÉRIO	INVESTIMENTO 2003			INVESTIMENTO 2004			Diferença 2004-2003		
	Ano	RAP	Total	Ano	RAP	Total	TOTAL R\$ milhões	TOTAL (%)	Orçam do ano (%)
Transportes	402,3	538,2	940,5	1.011,9	1.200,6	2.212,6	1.272,0	135,2%	151,5%
Saúde	173,2	521,0	694,2	592,9	650,2	1.243,1	549,0	79,1%	242,4%
MDA	355,2	117,0	472,3	865,9	117,1	983,0	510,7	108,1%	143,8%
Cidades	161,8	213,4	375,2	401,4	297,3	698,7	323,6	86,2%	148,1%
Integração	107,2	192,1	299,3	349,8	249,8	599,7	300,4	100,3%	226,3%
Defesa	487,3	480,6	967,9	813,3	413,3	1.226,6	258,7	26,7%	66,9%
Justiça	211,2	103,7	314,9	315,7	228,5	544,2	229,3	72,8%	49,5%
MCT	87,4	24,5	111,8	169,6	99,5	269,1	157,3	140,6%	94,1%
Esporte	20,3	42,4	62,7	47,0	94,6	141,6	78,9	125,9%	131,6%
Outros	442,4	467,0	910,4	813,7	430,2	1.243,9	333,4	36,6%	83,9%
Total	2.448,4	2.699,8	5.149,2	5.381,3	3.781,2	9.162,4	4.013,3	77,9%	119,8%

Fonte: Siafi Gerencial

- Parte significativa do aumento do desembolso de investimento em 2004 está relacionada ao pagamento de RAP, o que permite – especialmente em alguns ministérios – garantir a continuidade das obras. Este é particularmente o caso do Ministério dos Transportes, cujo pagamento de RAP duplicou em relação a 2003, ultrapassando R\$ 1,2 bilhão.

AUMENTO PERCENTUAL DO INVESTIMENTO

(Brasil, 2004/2003)



Fonte: Siafi Gerencial

Comportamento das Despesas de custeio dos Poderes Legislativo e Judiciário (LEJU)

As despesas de custeio dos Poderes Legislativo e Judiciário também aumentaram em 2004, principalmente devido ao crescimento do pagamento de precatórios. O incremento de 70,1% no valor pago por conta de sentenças e precatórios judiciais se explica na sua maior parte pelo grande número de decisões sobre revisão de benefícios previdenciários concedidos com data de início posterior a fevereiro de 1994 (IRSM), julgadas nos juizados especiais (ditos de pequenas causas). No seu conjunto, estas pequenas causas geraram precatórios que contribuíram para o aumento de R\$ 16,2 bilhões nas despesas de custeio e investimentos nos três Poderes.

LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO Custeio - Sentenças e Precatórios Judiciais (Brasil, 2003/2004)

	R\$ milhões			
	2003	2004	Diferença	%
INSS - PRECATORIOS DE BENEFICIOS	1.276,0	1.396,6	120,6	9,5%
INSS LOAS SENTENÇAS	0,1	0,1	0,0	-0,8%
RPV-FUNDO DO REG. GERAL DA PREV. SOCIAL	0,0	1.832,8	1.832,8	...
CUSTEIO-SENTENCAS JUDICIAIS	36,5	41,7	5,2	14,1%
CUSTEIO-PRECATORIOS	1.064,4	773,1	-291,3	-27,4%
Total	2.377,1	4.044,4	1.667,3	70,1%

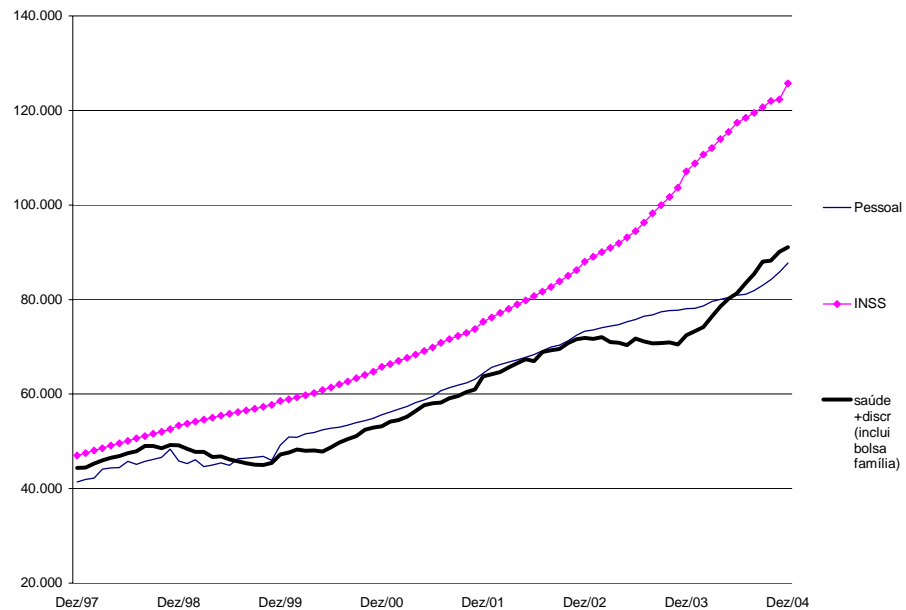
Fonte: Siafi Gerencial. Despesa por fonte de vinculação.

CONSOLIDAÇÃO DAS DESPESAS DA UNIÃO

As despesas totais da União, isto é, a soma das despesas de custeio e investimento discutidas acima com as despesas obrigatórias, tais como com a Previdência Social, Pessoal e Encargos, LOAS e Seguro Desemprego, apresentaram aumento nominal e real sobre 12 meses. Isto se reflete nos seguintes comportamentos:

- A despesa com a Previdência Social aumentou em mais de R\$ 1,0 bilhão/mês em relação à média verificada em 2003. Este aumento reflete o “efeito degrau” decorrente do significativo crescimento nominal dos benefícios em 2003, como consequência do surto inflacionário observado em 2002 e a subsequente diminuição da inflação em 2003-2004. Grosso modo, a despesa *média* de 2003 correspondeu a cinco meses com benefícios a níveis de 2002 e sete meses com benefícios 20% maior.
- A despesa *média* da Previdência em 2004 corresponde aproximadamente a cinco meses com benefícios 20% maior que nos meses correspondentes em 2003, e sete meses com, adicionalmente, o aumento de 2004. Ou seja, quando se comparam despesas médias, a relação cobre três anos e o efeito da inflação em 2002.

DESPESA MENSAL DA UNIÃO (Média sobre 12 meses, em R\$ milhões)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

- A despesa com pessoal e encargos sociais, por outro lado, cresceu abaixo da tendência histórica a preços correntes. Este comportamento, no entanto, poderá se reverter em 2005, em virtude dos aumentos concedidos a diversas carreiras ao longo de 2004.
- Assinale-se que não houve aumento significativo no número de servidores públicos em 2004, salvo nos Ministérios da Saúde (27,0 mil) e da Educação (4,4 mil), na esteira da Lei nº 10.667/2003⁴ e nas Forças Armadas. Segundo dados do Ministério do Planejamento, houve, por exemplo, um aumento de 19,2 mil ativos no contingente do Exército Brasileiro.

⁴Lei nº 10.667/2003 estabelece que:

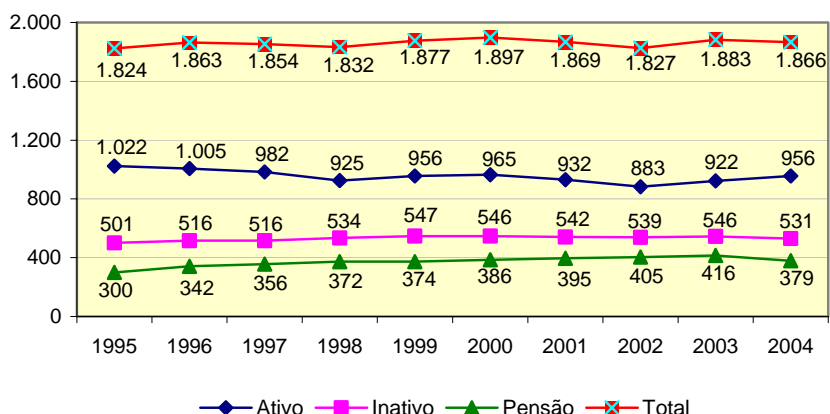
Art. 11. Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação:

I - quatrocentos e quinze cargos efetivos de Professor da Carreira de Magistério Superior, destinados à redistribuição para a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco e para a Fundação Universidade Federal do Tocantins, na proporção de trezentos e quinze para a primeira e cem para a segunda; e

II - seis mil cargos de Técnico Administrativo, conforme discriminado no Anexo I, destinados à redistribuição para as instituições federais de ensino superior, para composição da força de trabalho dos hospitais de ensino a estas vinculados. (...)

Art. 23. A Fundação Nacional de Saúde - Funasa poderá, em caráter excepcional, observada a disponibilidade orçamentária, reintegrar os substituídos no processo coletivo nº 99.0017374-0, impetrado pela respectiva entidade sindical perante a 2ª Vara Federal do Estado do Rio de Janeiro, a contar da data prevista no inciso II do art. 2º da Lei nº 9.849, de 26 de outubro de 1999, ficando limitada a vigência dos respectivos contratos ao prazo máximo de dois anos, contado do efetivo retorno ao serviço.

NÚMERO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO
(Brasil, 1995-2004, milhares)



Fonte: Período 1995-2003: Boletim Estatístico de Pessoal - MPOG
Período 2004: Sidor e Siape.

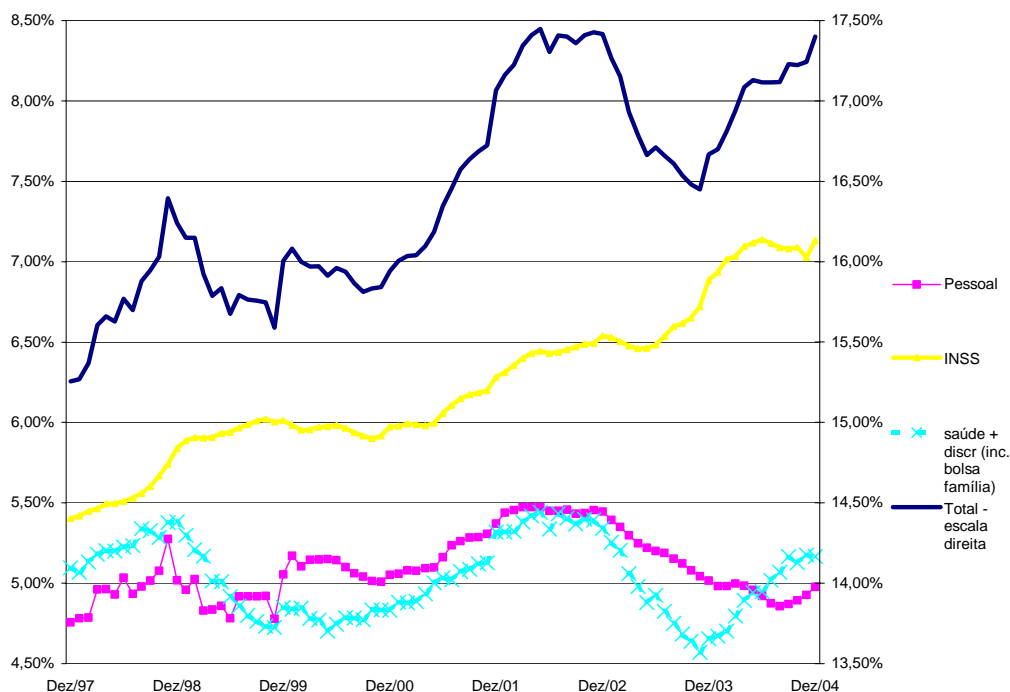
NÚMERO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS
Contingente Militar
Brasil, 2001-2004

COMANDO	2001	2002	2003	2004
Exército	362.499	318.632	365.001	386.440
Ativo	197.396	152.045	196.660	215.887
Inativo	61.911	61.935	62.024	61.569
Pensão	103.192	104.652	106.317	108.984
Marinha	153.881	152.963	152.895	154.319
Ativo	66.368	64.732	63.320	63.517
Inativo	40.434	40.446	40.790	40.862
Pensão	47.079	47.785	48.785	49.940
Aeronáutica	111.199	112.683	112.293	118.316
Ativo	63.384	63.737	62.672	66.610
Inativo	27.042	27.420	27.580	28.510
Pensão	20.773	21.526	22.041	23.196
Total	627.579	584.278	630.189	659.075

Fonte: Sidor.

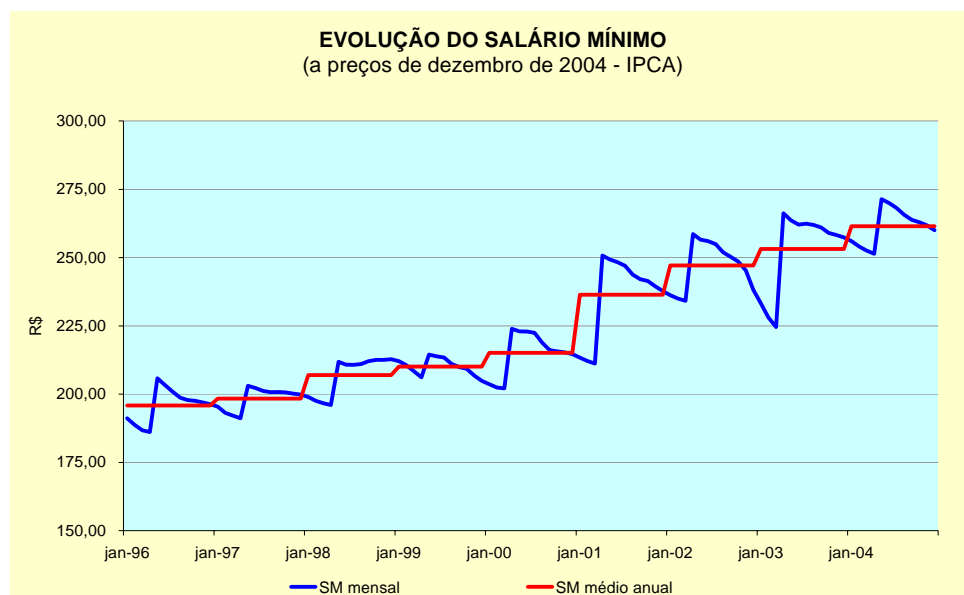
- Como observado antes, a despesa discricionária, que inclui a Saúde e a Bolsa Família, ficou estável em termos nominais em 2003, apresentando aumento em 2004.
- Medida como proporção do PIB, a despesa acumulada em 12 meses estava ligeiramente abaixo dos valores observados em 2002, apresentando, no entanto, significativa recuperação em relação a 2003.

DESPESA DA UNIÃO (Média sobre 12 meses, % do PIB)



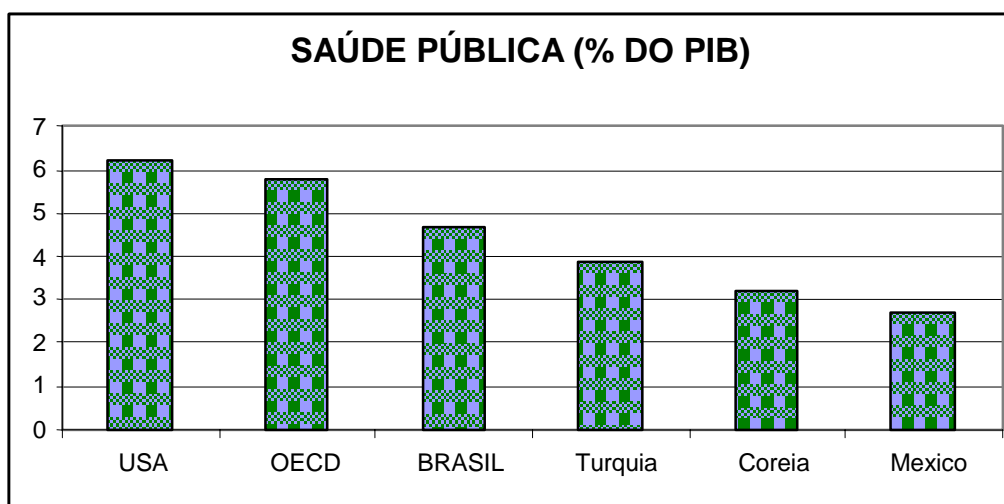
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

- Esta dinâmica reflete com clareza o impacto retardado da inflação sobre a dinâmica dos gastos com a previdência social. O reajuste concedido em maio de 2003 vai, ao longo dos meses seguintes, compensando as perdas sentidas na segunda metade de 2002 por efeito da inflação. A baixa inflação em 2004 permitiu evitar a erosão inflacionária, mantendo o poder de compra dos benefícios (e do salário mínimo) nos últimos 18 meses. Com isto, o aumento dado em 2003 praticamente não se perdeu nos 12 meses seguintes, sendo reforçado em maio de 2004. Assim, a despesa se estabilizou em 2004 em níveis bem maiores que os observados ao longo de 2003, apesar do aumento nominal do salário mínimo ter sido muito próximo à variação do INPC sobre o período (em outras palavras, o salário *médio* foi protegido, já que a erosão ao longo do ano foi bem menor que na maior parte dos anos desde a flutuação do real).



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

- Por fim, com respeito à despesa do Ministério da Saúde, é interessante considerar que ela é apenas parte da despesa total com a Saúde no Brasil. A despesa total inclui ainda aquela resultante da vinculação de receitas a nível estadual e municipal, traduzindo-se em um valor próximo a 5% do PIB.⁵ Trata-se de valor significativo, visto que o peso da saúde pública é de, em média, 5,8% do PIB nos países da OCDE, sendo esta média de 3,2% do PIB nos países da OCDE com níveis de desenvolvimento e demografia mais próximos aos do Brasil, com é o caso de México, Turquia e Coreia.



Fonte: OCDE

⁵ Veja, por exemplo, Reis, J.G., and R. Rocha (2004), Social Policy in Brazil: Recent Trends and Selected Items of a Policy Agenda, Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, Rio de Janeiro. A Emenda Constitucional nº 29/2000 determina que os Estados e o Distrito Federal destinem para ações e serviços de saúde 12% da arrecadação dos impostos estaduais (ITCD, ICMS e IPVA), do imposto de renda do trabalho assalariado retido na fonte dos seus servidores, das transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do IPI-Exportação, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios, os quais deverão destinar 15% da arrecadação dos impostos municipais (IPTU, ISS e ITBI), do imposto de renda do trabalho assalariado retido na fonte dos seus servidores, das transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do IPI-Exportação.